

Exmo.º Senhor

VENTIFOR  
REPRES., EQUIPAM. E ASSIST.TECNICA, LDA

Sua Referência / Your Reference

Sua Comunicação / Your  
Communic.

Nossa Referência / Our Reference

Lisboa

Procedimento n.º **38/PE/24**

AE/Processo n.º **15.54.01**

**ASSUNTO: Empreitada para fornecimento e montagem de sistemas Mono-Split e Multi-Split no Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa**

Relativamente ao assunto em título, convida-se essa empresa a apresentar proposta para a adjudicação da empreitada em epígrafe.

- 1. Entidade adjudicante:** Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade 1649-004 Lisboa – Portugal, telefone 21 044 34 24.
- 2. Decisão de contratar:** A decisão de contratar foi tomada pelo Reitor da Universidade de Lisboa, no uso da sua competência.
- 3. Tipo de contrato:** Contrato de empreitada de obras públicas, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 16.º do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, incluindo todas as alterações entretanto publicadas (CCP).
- 4. Fundamento da escolha do procedimento:** ao abrigo da alínea d) do art.º 19.º do CCP.
- 5. Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações:** Não existem quaisquer pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato.
- 6. Preço base do concurso (sem IVA): 22.000,00 €.**

- 7. Prazo máximo para a execução de todos os trabalhos: 45 dias.**
- 8. Peças constantes do procedimento:** Do processo fazem parte o presente ofício convite, o mapa de quantidades de trabalho (Mapa da ACINGOV), o caderno de encargos e seus anexos, o plano de prevenção e gestão de resíduos da construção e demolição.
- 9. Classificação da obra conforme previsto no artigo 11.º do anexo I e no anexo II da Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto:** A obra a construir insere-se, na globalidade, na categoria I.
- 10. Documentos que constituem a proposta:** os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e são os seguintes:
  - 10.1.** Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do Código dos Contratos Públicos, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
  - 10.2.** Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham explicitamente os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente:
    - 10.2.1** Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no Mapa de Quantidades, incluindo a proposta de preço total para a execução da obra objeto do presente procedimento, disponibilizada na plataforma eletrónica ACINGOV (<https://www.acingov.pt/>);
    - 10.2.2** Declaração do concorrente que mencione os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas no Alvará de Construção ou nos certificados de empreiteiros de obras públicas ou nas declarações emitidas pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. e que mencione o valor dos trabalhos a efetuar em cada uma das subcategorias, conforme disposto no n.º 4 do artigo 60.º do CCP, sendo que para o efeito do Artigo 8.º Adequação das habilitações da Lei 41/2015 , a 12.ª Subcategoria - Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração, da 4ª Categoria - Instalações elétricas e mecânicas é a subcategoria dos trabalhos mais expressivos.

**10.3.** Documentos onde constem explicitamente os termos ou condições da proposta relativos aos aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, e aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, nomeadamente:

**10.3.1.** Documento com indicação do prazo total de execução dos trabalhos assegurando o cumprimento do limite definido em sede de caderno de encargos.

**10.4.** Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

**11. Documentos de habilitação:** Os documentos de habilitação são os legalmente exigíveis, designadamente:

**11.1.** Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** do CCP;

**11.2.** Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos (o adjudicatário não tem de apresentar os documentos referidos se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado);

**11.3.** Certidão Permanente do adjudicatário;

**11.4.** Indicação do Diretor de Obra e Termo de responsabilidade;

**11.5.** Indicação do(s) representante(s) do adjudicatário para efeitos de outorga do contrato, com indicação dos números de Cartão de Cidadão e Identificação Fiscal, com posterior apresentação de documento comprovativo em sede de assinatura do mesmo;

**11.6.** Alvarás ou Certificados emitidos pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.), que deverão conter as seguintes habilitações:

**11.6.1.** Subcategoria em classe que cubra o valor global da empreitada, respeitante aos trabalhos mais expressivos da mesma (Artigo 8.º “Adequação das habilitações” da Lei 41/2015, de 3 de junho), que é a 12.ª Subcategoria -

Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração, da 4ª Categoria - Instalações elétricas e mecânicas.

**11.7. Apresentação, se for o caso, de:**

**11.7.1.** Declaração do concorrente que mencione os subempreiteiros e os correspondentes contratos de subempreitada, bem como, nos termos do n.º 3 do artigo 318.º do CCP, os documentos atrás referidos, de 11.1 a 11.5 de cada um dos subcontratados;

**11.7.2.** Alvarás ou certificados da titularidade das respetivas habilitações destes subcontratados;

**11.7.3.** Declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

**12. Modo e prazo para a apresentação das propostas:** a proposta e os documentos que a instruem serão apresentados diretamente na **plataforma eletrónica ACINGOV** (<https://www.acingov.pt/>), até às 23:59 do **6º dia** a contar da data da disponibilização do convite na mesma plataforma.

**13. Fórmula de revisão de preços:** Os preços da empreitada serão revistos nos termos da legislação aplicável, sendo-lhe aplicável a fórmula **F05 – Reabilitação ligeira de edifícios** (DL n.º 73/2021, de 18 de agosto, DL n.º 6/2004, de 6 de janeiro e demais alterações e no Despacho n.º 1592/2004, de 8 de janeiro, publicado no DR n.º 19, 2.ª Série, de 23 de janeiro de 2004 e Retificação n.º 383/2004, de 25 de fevereiro, publicada no D.R. n.º 47, 2ª Série, de 25 de fevereiro de 2004).

**14. Retenção de valor para efeitos de caução**

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução. Todavia, para garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, a entidade adjudicante procederá, nos termos do n.º 3 do citado artigo, à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar (sem IVA).

**15. Liberação dos valores retidos:** Os valores retidos para efeitos do ponto anterior, serão liberados nos termos do CCP e restante legislação aplicável.

**16. Prazos mínimos de garantia:**

**16.1.** Elementos construtivos estruturais: 10 anos

- 16.2.** Elementos construtivos não estruturais ou instalação técnica: 5 anos
- 16.3.** Equipamentos afetos à obra mas dela autonomizáveis: 3 anos
- 17. Validade das propostas:** As propostas são válidas por **66 dias** contados da data limite para a sua entrega.
- 18. Prazo para a apresentação, pelo adjudicatário, dos documentos de habilitação: 5 dias** úteis a contar da data da notificação da adjudicação.
- 19.** Se for o caso, o **prazo para a confirmação, pelo adjudicatário, dos compromissos assumidos** por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta: **5 dias** úteis a contar da data da notificação da adjudicação.
- 20. Prazo para prestação da caução pelo adjudicatário:** Não aplicável.
- 21. Prazo a conceder para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP: 5 dias** úteis a contar da data da notificação dessas irregularidades.
- 22. Prazo para a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário:** A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **2 dias** úteis subsequentes à respetiva notificação.
- 23. Legislação aplicável:** Em tudo o omissso no processo do presente procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com todas as suas alterações e restante legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos,

---

Luís Ferreira

Reitor da Universidade de Lisboa